



CNPJ/MF nº 80.227.184/0001-66

NIRE 41300051712

Companhia Aberta

ÍNDICE	Página
<p style="text-align: center;"><b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO</b></p> <p><b><u>Assembleia Geral Ordinária</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;</li><li>2. Proposta de Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal;</li><li>3. Destinação do resultado líquido do exercício;</li><li>4. Instalação, fixação do número de membros e eleição do Conselho Fiscal.</li></ol>	02-05
<p><b>Anexo I</b> Comentários dos Diretores (conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480/09)</p>	06-14
<p><b>Anexo II</b> Informações sobre a remuneração dos Administradores (conforme Item 13 do Anexo 24 da ICVM nº 480/09)</p>	15-18
<p><b>Anexo III</b> Informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09</p>	19-22
<p><b>Anexo IV</b> Instrução CVM 481 de 17 de Dezembro de 2009</p>	23
<p><b>Anexo V</b> Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência conforme Artigo 10 ICVM 481/09</p>	24-26

O Conselho de Administração da Metalgráfica Iguaçu S.A. torna público aos seus acionistas as seguintes propostas, que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2020, às 11:00 horas na sede social da Companhia à Rua Minas Gerais, 1214 – Ponta Grossa - PR:

**1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.**

A administração da Companhia propõe que os senhores acionistas apreciem e aprovem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2020, assim como aprovem as contas dos administradores e tomem conhecimento do relatório de opinião dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Atendendo exigência da Instrução CVM nº 481/09, Artigo 9º, estamos disponibilizando no Anexo I deste documento, o Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

**2. Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal.**

Propor, para o exercício de 2020 o montante global de até R\$ 4.775.000,00 (quatro milhões e setecentos e setenta e cinco mil reais) para a remuneração dos administradores e Conselho Fiscal da Companhia, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral. Deste montante será destinado à remuneração do Conselho de Administração o valor de até R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para a Diretoria Executiva o valor de até R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) e para o Conselho Fiscal o valor de R\$275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

Para o exercício de 2019, foi aprovado pela Assembleia Geral o valor de R\$4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), sendo que o valor efetivamente utilizado foi de R\$ 4.243.506,57 (quatro milhões, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e sete centavos). A diferença verificada no valor da remuneração efetivamente paga, se deve a percentual do Dissídio Coletivo maior do que o previsto e pela instalação do Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2018.

Em atendimento ao disposto no Artigo 12, Inciso II da Instrução CVM nº 481/09, disponibilizamos aos Acionistas no anexo II deste documento, as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência.

**3. Proposta de Destinação do Lucro Líquido (de acordo com o capítulo II, §1º do Artigo 9º da Instrução CVM Nº 481/09)**

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$13.714.281,27 (treze milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos):

1. R\$685.714,06 serão destinados para a formação da Reserva Legal, que corresponde a 5% do Lucro do Exercício ajustado e
2. R\$13.028.567,21 serão destinados para a formação da Reserva de Incentivos Fiscais.

Após evidenciada e justificada a necessidade de recomposição da Reserva de Incentivos Fiscais, não há dividendos a distribuir neste exercício.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, constam do Anexo III deste documento.

**4. Instalação do Conselho Fiscal em caráter não permanente.**

Conforme disposto no §5º do artigo 161 da Lei 6.404/76 e, tendo em vista que o prazo de funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2020, propomos nova instalação do Conselho Fiscal, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

**5. Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia.**

Conforme dispõe o parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, o conselho fiscal, quando o funcionamento não for permanente, será instalado pela assembleia geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. A Instrução CVM nº 324/00 fixa escala reduzindo, em função do capital social, as porcentagens mínimas de participação acionária necessárias ao pedido de instalação de Conselho Fiscal de companhia aberta previsto no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

No caso da Companhia, em função do Capital Social, estes percentuais ficam definidos em 8% e 4%, respectivamente.

A Lei nº 6.404/76 estabeleceu, no artigo 161, parágrafo 4º, letra “a”, que os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, dez por cento ou mais das ações com direito a voto.

As ações com direito a voto detidas por acionistas minoritários da Companhia, representam 1,63% da totalidade das ações com direito a voto, não atingindo portanto o limite de 10% necessários para eleição em separado de membro do Conselho Fiscal.

Se instalado, a Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3

(três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos com prazo de mandato a se encerrar na próxima Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Caso seja requerida a adoção da votação em separado para eleição de 1 (um) membro e respectivo suplente, serão eleitos em votação majoritária 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes, e 1 (um) membro e respectivo suplente serão eleitos em separado pelos acionistas minoritários.

Contudo, tendo em vista que 3 (três) conselheiros é o número mínimo de membros para instalação do conselho fiscal, caso os acionistas minoritários não exerçam o direito de eleger em separado 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente do conselho fiscal, ou, caso o exerçam, não apresentem qualquer candidato, o assento remanescente será ocupado por conselheiro eleito pelo voto majoritário.

## **6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.**

Conforme disposto no Artigo 162 da Lei 6.404/76, somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. São inelegíveis para o conselho fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147 da Lei 6.404/76, membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia.

Os acionistas controladores indicam os seguintes nomes para comporem o Conselho Fiscal da Companhia:

<b>Nome do Candidato</b>	<b>Cargo</b>
Luciano Arruk Morassutti	Conselheiro Titular
Cesar Eduardo Abud Limas	Conselheiro Suplente
Luiz Nougues Neto	Conselheiro Titular
Stella Osternack Malucelli Straiotto	Conselheira Suplente
Marcos Franz Flohr	Conselheiro Titular
Alexandre Straiotto	Conselheiro Suplente

Caso os acionistas preferencialistas exerçam o direito de eleger um membro em separado para o referido Conselho, a Companhia divulgará aviso aos acionistas desde que receba de acionistas preferencialistas indicação de candidatos para a posição de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, incluindo currículos e demais informações exigidas pela regulamentação aplicável.

Os acionistas poderão incluir candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia no Boletim de Voto a Distância, observados os percentuais de determinada espécie de ações previstos no Anexo 21-L-I, da ICVM 481/09 (Anexo IV). A Companhia informa que, nos termos da ICVM 481/09, para ser considerada válida, a solicitação de inclusão deve ser recebida pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito e conforme orientações contidas no item 12.2 do Formulário de Referência, no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, ou seja, até 04 de abril de 2020, inclusive.



## METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM 480, constam do Anexo V deste documento.

Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária por si, seus representantes legais ou procuradores, bem como poderão exercer seus direitos de voto à Distância, preenchendo o Boletim de Voto à Distância, enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, para tanto, constam do Boletim de Voto à Distância, que se encontra à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.metaliguacu.com.br>), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Os demais documentos e formulários exigidos no Artigo 9º da Instrução CVM 481/09 estão disponíveis nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.metaliguacu.com.br](http://www.metaliguacu.com.br)).

Ponta Grossa, 30 de março de 2020.

Atenciosamente  
Lilian de Payrebrune St. Sève Marins  
Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I

Nos termos do disposto no Artigo 9º, Inciso III, da Instrução CVM 481/09, apresentamos abaixo os comentários dos nossos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 – Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:****2019**

As vendas de latas para produtos atomatados experimentaram uma redução de 20% sobre o ano anterior e de 18% sobre a média anual dos últimos cinco anos. Os demais mercados tiveram crescimento de aproximadamente 6%. Especificamente, o setor de frutas em calda expandiu-se pelo segundo ano consecutivo, alcançando um crescimento de 32%. O mercado de vegetais mostrou-se estável.

A elevação dos preços médios de venda não foram suficientes para absorver os aumentos de custos de matérias primas, principalmente de aço (folha de flandres) cujos preços foram majorados em 7,8% no mês de julho, tendo reduzido-se a margem operacional bruta 5%.

Analisando o desempenho operacional, a folha de pagamento média cresceu abaixo do percentual de reajuste salarial negociado em dissídio coletivo da categoria e o custo fixo médio mensal mostrou-se estável, apesar da inflação anual medida pelo INPC ter totalizado 4,48%.

**EFICIÊNCIA OPERACIONAL****Varição dos Principais Indicadores:**

	<b>2019/2018</b>
Receita Líquida	-8,15%
Vendas Físicas	-11,18%
Número de Funcionários	-1,18%
Produtividade	-10,18%
Despesas com Vendas/Receita Líquida	+1,11%
Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida	+0,64%
Custo de Produtos Vendidos/ Receita Líquida	+4,87%
Preço Médio de Vendas	+4,68%
Prazo Médio de Vendas	+2,32 dias

**2018**

As vendas de latas para produtos atomatados experimentaram um crescimento de 15%, enquanto que os demais mercados tiveram uma redução de aproximadamente 20%. Especificamente, o setor de frutas em calda alcançou um crescimento de 10%, apesar da influência negativa das chuvas na região Sul do País sobre a qualidade e volume da safra de pêssegos. O mercado de vegetais no entanto, lidou com grandes volumes estocados de milho enlatado pelos clientes, com conseqüente redução da demanda por novas latas, principalmente no segundo semestre do exercício.

A expressiva melhora nos preços médios (+12,08%) e mix de venda, permitiu à Companhia aumentar a receita líquida do período (+9,24%), apesar da redução no volume físico vendido (-2,80%).

Analisando o desempenho operacional, destacamos a redução de diversos itens de custos, tais como Folha de pagamento média (-3,80%) e Custo fixo médio mensal (-4,41%).

Durante o exercício a Companhia logrou negociar melhores taxas de financiamento.

**EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

<b>Variação dos Principais Indicadores:</b>	<b>2018/2017</b>
Receita Líquida	+9,24%
Vendas Físicas	-2,80%
Número de Funcionários	-6,62%
Produtividade	+13,01%
Despesas com Vendas/Receita Líquida	-1,97%
Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida	-1,24%
Custo de Produtos Vendidos/ Receita Líquida	-3,70%
Preço Médio de Vendas	+12,08%
Prazo Médio de Vendas	+2,26 dias

**2017**

O mercado de alimentos em lata comportou-se de maneira atípica durante o exercício de 2017. No segmento de atomatados, principal item de nossa linha de produtos, houve uma alteração da legislação da Anvisa que tratava da manutenção de estoques em quarentena. Isto posto, a adequação dos estoques dos clientes às novas disposições, levou a uma redução dos estoques e consequente menor aquisição de embalagens. No segmento de vegetais enlatados, houve principalmente forte alta do preço do milho e consequentemente menor demanda por parte dos consumidores, já bastante afetados pela crise econômica iniciada em 2016 que se prolongou por praticamente todo o exercício de 2017. No segmento de pêssegos em calda, as fortes chuvas na principal região produtora, levaram a uma produção baixa de frutos com qualidade. Todos os fatores somados, levaram a uma redução de praticamente 20% na quantidade de latas produzidas pela Companhia.

Apesar do mercado adverso, a Companhia logrou elevar o preço médio de seus produtos, principalmente através de um melhor mix de vendas e priorização dos produtos com melhores margens, haja vista a elevação de 96% do lucro bruto de 2017 comparativamente ao exercício anterior.

A Companhia reconheceu despesas não recorrentes relativas ao Programa de Regularização Tributária, Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre Lucro Líquido diferidos e honorários advocatícios. O EBITDA da Companhia ajustado por estes eventos e deduzido do resultado da venda do imóvel, resultou em R\$5.449.212,92.

A seguir, apresentamos os Indicadores financeiros dos três últimos exercícios:

	<b>2019</b>	<b>2018</b> reapresentado	<b>2017</b>
Liquidez Corrente	0,60	0,76	0,92
Liquidez Geral	1,17	0,99	1,11

**b) Estrutura de Capital:**

Para a diretoria, a estrutura de capital atende as necessidades da Companhia.

<b>Estrutura de Capital</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b> reapresentado	<b>2017</b>
Capital de Terceiros:	69,99%	76,32%	71,93%
Capital Próprio:	30,01%	23,67%	28,07%

Na estrutura de capital demonstrada, Capital Próprio é o Patrimônio Líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações contábeis.



**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

A diretoria considera que, confirmadas as projeções de vendas e receita, a Companhia disporá de recursos e geração de caixa suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

As fontes de recursos para atendimento dos compromissos de curto, médio e longo prazo, serão originadas de:

**a.1) Aumento do nível de receitas**

A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes e elevação do preço médio de seus produtos.

**a.2) Readequação dos custos operacionais**

A Administração vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Principais medidas:

- aumento da produtividade da mão de obra
- redução de perdas no processo produtivo com menor geração de resíduos
- renegociação de contratos de prestadores de serviço
- redução dos custos financeiros em função da queda da taxa básica de juros SELIC

**a.3) Subvenções Governamentais**

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$53.809.163,66, até 31/12/2032. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

a.4) A Companhia discute judicialmente a incidência do PIS/COFINS sobre a Receita Bruta. Considerando a pacificação do tema junto ao Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Regional Federal em julgamento realizado em 04 de dezembro de 2018, assegurou o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Nesta mesma decisão, restou assegurado o direito à recuperação dos valores recolhidos indevidamente, tanto no curso da ação como nos dez anos que antecederam seu ajuizamento, ocorrido em 2004. Efetuados os cálculos, e acrescidos da correção monetária indicada na ação, o crédito total corrigido importa no valor de R\$35.077.326,82, ainda não reconhecidos em conta de resultado. Em 29 de novembro de 2019 ocorreu a publicação do Acórdão do julgamento de Agravo Interno apresentado pela União, que foi, assim como os Embargos de Declaração em 19 de junho de 2019, rejeitado por unanimidade pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2020, seguindo o cronograma das etapas do processo.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:**

A Companhia contratou financiamentos para capital de giro, junto a instituições financeiras, que estão atendendo suas necessidades, a seguir demonstrados:



Vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	R\$	R\$	R\$
<b>Com Repasse de Recursos Internos</b>			
2018	-	-	17.262.702,54
2019	-	31.581.162,03	7.067.332,36
2020	48.802.833,76	9.182.403,91	3.623.933,07
2021	8.561.945,54	3.475.154,62	466.196,72
2022	4.030.871,36	53.274,45	53.274,45
2023	430.614,53	-	-
	<b>61.826.265,19</b>	<b>44.291.995,01</b>	<b>28.473.439,14</b>
<b>Consolidado:</b>			
Circulante:	48.802.833,76	31.581.162,03	17.262.702,54
Não Circulante:	13.023.431,43	12.710.832,98	11.210.736,60
	<b>61.826.265,19</b>	<b>44.291.995,01</b>	<b>28.473.439,14</b>

Para capital de giro, os financiamentos estão reconhecidos com saldos em reais, com percentuais de juros entre 1,00% a.m. e 1,90% a.m., conforme operação, e um contrato com taxa de 160% do CDI. Na modalidade de desconto de títulos, variam de 1,29% a 3,50% a.m..

Referidos empréstimos estão garantidos por avais, recebíveis, imóveis e recebíveis do controlador

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Administração acredita não haver necessidade de novos investimentos em Ativo Fixo pois entende que o parque fabril está adequado ao crescimento de vendas projetado.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez e visando otimizar sua estrutura de capital, a Companhia usualmente recorre às Instituições Financeiras.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**

- i. Contratos de Empréstimo e financiamento relevantes**  
ver item "10.1.d"
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**  
não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já elencadas no item "10.1.d"
- iii. Grau de subordinação entre as dívidas**  
Todos os empréstimos contratados estão garantidos por avais, recebíveis e imóveis.
- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**  
não existem restrições impostas à Companhia.

**g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:**

Nas linhas de crédito até aqui contratadas, os limites foram integralmente utilizados.

## h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### Contas da Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de reais)

	2019	2018	2017
Vendas Mercado Interno	180.268	179.595	159.466
Vendas Mercado Externo	0	0	0
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>180.268</b>	<b>179.595</b>	<b>159.466</b>
Devoluções e Impostos	(48.848)	(36.511)	(28.481)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>131.420</b>	<b>143.084</b>	<b>130.985</b>
Custo dos Produtos Vendidos	(110.558)	(113.395)	(108.372)
Subvenções Governamentais	15.123	1.212	1.174
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>35.985</b>	<b>30.901</b>	<b>23.787</b>

### Contas do Ativo e Passivo (em milhares de reais)

	2019	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	480	1.601	2.955
Duplicatas a Receber (Circulante/Não Circulante)	27.678	25.418	29.760
Estoques	5.457	8.624	7.215
Imobilizado	20.720	21.593	17.411
Instituições Financeiras (Circulante/Não Circulante)	61.826	44.291	28.474
Créditos Tributários Diferidos (Não Circulante)	49.143	18.749	18.749

As variações ocorridas nos períodos comportaram-se dentro do contexto da realidade econômica/financeira da Companhia e do mercado em que se insere.

## 10.2 Os diretores devem comentar:

### a) Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de embalagens metálicas para o mercado alimentício, abrangendo o mercado de conservas (milho e ervilha), atomatados (molhos, extratos e purês), frutas em calda (pêssego, abacaxi e figo), café solúvel, rações animais (para cães e gatos), cárneos (salsicha, patês, corned beef, feijoada), lácteos (leite condensado, creme de leite, leite em pó, achocolatados, aveia e suplementos) e pescados (sardinha, atum, salmão).

#### ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019 houve uma redução na Margem Operacional Bruta de 5% tendo em vista que o reajuste de preços médios de venda não foi suficiente para absorver o aumento dos custos de matérias primas, principalmente de aço (folha de flandres) cujos preços tiveram um aumento de 7,8% no mês de julho.

Em 2018 os resultados operacionais foram substancialmente melhores que 2017, tendo a Margem Operacional Bruta se elevado de 17,26% para 20,75%, através de uma melhora nos preços médios de venda e da redução dos custos de matérias primas.

### b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Houve uma redução na receita líquida da ordem de 8,15%. A Companhia apresentou uma redução de 11,18% na quantidade de embalagens vendidas comparativamente ao exercício de 2018 e elevou os preços médios de venda em 4,68%.

Não há efeito relevante causado pela variação das taxas de câmbio. A empresa não foi exportadora durante o ano de 2019, nem possui passivo em moeda estrangeira.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Houve um aumento dos preços de sua principal matéria-prima, folha de flandres, de 7,8% a partir de 07/2019. Este item representa aproximadamente 50% dos custos variáveis.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a) **Introdução ou alienação do segmento operacional:**  
não ocorreram eventos relevantes
- b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**  
não ocorreram eventos relevantes
- c) **Eventos ou operações não usuais:**  
não ocorreram eventos relevantes

**10.4 Os diretores devem comentar:**

- a) **Mudanças significativas nas práticas contábeis:**  
Não houveram mudanças nas práticas contábeis
- b) **Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**  
Não ocorreram alterações nas práticas contábeis
- c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

**2019**

Ressalva:

A Companhia mantém registro de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal no total de R\$49.143.539 (R\$ 18.749.920 em 2018). Conforme Instrução CVM Nº 371/2002 e a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, para fins de reconhecimento dos ativos a Companhia deve atender cumulativamente as condições de apresentação de histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não atendeu cumulativamente as condições estabelecidas nas referidas normas, conseqüentemente, o ativo fiscal diferido está apresentado a maior no total acima referido, bem como o patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia reconheceu em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$30.710.199 referente a base negativa e prejuízo fiscal gerado no exercício de 2019 pelo resultado da operação e reprocessamento dos valores de incentivos fiscais que estavam sendo tributados. A Companhia não realizou o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos anteriormente registrados, porém reconheceu em suas demonstrações financeiras novos valores. Desta forma, a Companhia não se adequou as condições dispostas na Instrução e NBC TG supra citada, conseqüentemente o resultado está apresentado a maior.

**Ênfase**

Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém transações com partes relacionadas (ativo) no montante de R\$ 7.691.281, que não são precificados nas mesmas condições de mercado.

**2018****Ressalva:**

A Companhia mantém registro de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal no total de R\$ 18.749.920. Conforme Instrução CVM Nº 371/2002 e a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, para fins de reconhecimento dos ativos a Companhia deve atender cumulativamente as condições de apresentação de histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não atendeu cumulativamente as condições estabelecidas nas referidas normas, conseqüentemente, o ativo fiscal diferido está apresentado a maior no total acima referido, bem como o patrimônio líquido.

**Ênfase**

Conforme nota explicativa 23, a Companhia mantém transações com partes relacionadas (ativo) no montante de R\$ 11.579.787, que não são precificados nas mesmas condições de mercado.

**2017****Ressalva:**

- a) A Companhia mantém registro de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre base negativa e prejuízo fiscal no total de R\$18.061 mil. Conforme Instrução CVM nº 371/2002 e a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, para fins de reconhecimento dos ativos a Companhia deve atender cumulativamente as condições de apresentação de histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não atendeu cumulativamente as condições estabelecidas nas referidas normas, conseqüentemente, o ativo fiscal diferido está apresentado a maior no total acima referido, bem como o patrimônio líquido.
- b) Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos. A Companhia efetuou a revisão da vida útil à época da adoção inicial da Lei 11.638/07, efetuando recálculo das taxas de depreciação dos bens adquiridos até aquela data conforme laudo de revisão da vida útil. Contudo, os bens adquiridos após a adoção inicial continuaram a ser depreciados conforme taxas de depreciação fiscais, não tendo sido efetuada a revisão do laudo de vida útil até esta data. Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-mos sobre o saldo de depreciação acumulada registrado no ativo não circulante, no valor de R\$41.990 mil (R\$39.999 mil em 2016), e da despesa de depreciação registrada no resultado do exercício no valor de R\$2.024 mil (R\$2.131 mil em 2016).

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda**

**estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

A Companhia entende serem pertinentes e prováveis as premissas de geração de resultados futuros positivos, segundo orçamento elaborado de longo prazo, suficientes à absorção dos créditos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de Imposto de Renda diferidos, reconhecidos nos exercícios de 2019 e passados.

A Companhia elaborou projeção de realização dos impostos diferidos, a qual foi preparada com base em estudos e pesquisas de mercado e nas melhores expectativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pela diretoria executiva da Companhia e apresentados ao Conselho Fiscal. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado nacional e internacional, e demais incertezas econômicas do Brasil, além dos efeitos advindos da decisão judicial sobre a causa jurídica mencionada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2019, a respeito do tema ICMS/PIS/COFINS, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
  - i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - iv) Contratos de construção não terminada**
  - v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

**10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) Natureza e o propósito da operação**
- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

**10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a) Investimentos, incluindo:**

**i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não há investimentos em andamento nem previstos.

**ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Não há fontes de financiamento de investimentos.

**iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não houve aquisições

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Não houve desenvolvimento de novos produtos ou serviços

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não foram identificados outros fatos relevantes.



**ANEXO II**  
**Item 13 do Formulário de Referência**

**13 Remuneração dos administradores**

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do conselho de administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado.

A Companhia não possui um documento formalmente aprovado sobre a política de remuneração dos administradores.

- b) **Composição da remuneração, indicando:**

- i. **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Pró-labore/Salário: correspondem à remuneração mensal e têm por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo.

Pró-labore – remuneração mensal dos diretores estatutários, sem vínculo empregatício.

Salário – remuneração mensal dos diretores vinculados ao regime celetista.

A existência desses dois formatos de remuneração se deve ao fato de que alguns membros da diretoria estão vinculados à Companhia mediante contrato de trabalho regido pela CLT.

- ii. **Em relação os 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

<i>Órgão</i>	<i>Pró-Labore</i>			<i>Salário</i>		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
<i>Diretoria</i>	54,57%	52,10%	52,41%	45,43%	47,90%	47,59%
<i>Conselho de Administração</i>	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-
<i>Conselho Fiscal</i>	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-

- iii. **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

A remuneração da diretoria e do conselho de administração é reajustada mediante aplicação de percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional.

A remuneração do Conselho Fiscal corresponde a 10% da remuneração média paga aos diretores da Companhia, acrescidos de eventuais reembolsos de despesas de locomoção e hospedagem, necessárias ao desempenho da função, conforme determina o Artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

- iv. **Razões que justificam a composição da remuneração.**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades de cada cargo e práticas de mercado

- v. **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros sem remuneração



- c) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**  
Cabe ao Conselho de Administração o rateio da remuneração e quaisquer outras verbas destinadas pela Assembleia Geral aos órgãos da administração.
- d) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**  
Não aplicável.
- e) **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**  
Não aplicável.
- f) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**  
Não aplicável.
- g) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**  
Não aplicável.
- h) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. **Os órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório, identificando de que forma participam**  
Não existem órgãos ou comitês do emissor que participem do processo decisório.
  - ii. **Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**  
Utiliza-se eventualmente as informações publicadas em revistas especializadas e jornais
  - iii. **Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**  
Não há frequência definida.

**13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL PróLabore	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	BENEFÍCIOS/ OUTROS
2020	Diretoria	02	2.100.000,00	-	-
	Conselho de Administração	03	700.000,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	275.000,00	-	-
2019	Diretoria	02	1.830.288,00	-	-
	Conselho de Administração	03	665.496,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	224.240,10	-	-
2018	Diretoria	02	1.646.736,00	-	-
	Conselho de Administração	03	652.968,00	-	-
	Conselho Fiscal	03	29.750,40	-	-
2017	Diretoria	02	1.641.744,00	-	-
	Conselho de Administração	03	652.968,00	-	-

**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO SE APLICA.

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

NÃO SE APLICA.

**13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO SE APLICA.

**13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO SE APLICA.

**13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO SE APLICA.

**13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

NÃO SE APLICA.

**13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

	Ações Detidas					
	Diretamente			Indiretamente		
	ON	PN	Totais	ON	PN	Totais
Diretoria Estatutária	2.374	1.799	4.173	24.004	31.111	55.115
Conselho de Administração	4.749	3.648	8.397	47.994	62.203	110.197
Conselho Fiscal	0	255	255	0	0	0

**13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

NÃO SE APLICA.

**13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de remuneração individual
2019	Diretoria Estatutária	02	915.144,00	915.144,00	915.144,00
	Conselho de Administração	03	221.832,00	221.832,00	221.832,00
	Conselho Fiscal	03	74.746,70	74.746,70	74.746,70
2018	Diretoria Estatutária	02	823.368,00	823.368,00	823.368,00
	Conselho de Administração	03	217.656,00	217.656,00	217.656,00
	Conselho Fiscal	03	9.916,80	9.916,80	9.916,80
2017	Diretoria Estatutária	02	820.872,00	820.872,00	820.872,00
	Conselho de Administração	03	217.656,00	217.656,00	217.656,00

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

NÃO APLICÁVEL.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não há valores reconhecidos a serem relacionados

**13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não há valores reconhecidos a serem relacionados.

**13.16 Fornecer outras informações que emissor julgue relevantes**

Não existem outras informações relevantes.

**ANEXO III**

**ANEXO 9-1-II**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$13.714.281,27 (treze milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Tendo em vista a necessidade de recomposição da reserva de incentivos fiscais para atender às condições estabelecidas nos Programas de Incentivos Fiscais dos estados do Paraná e Goiás, e Reserva Legal, não há valor de dividendos a ser distribuído neste exercício.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não haverá distribuição de dividendos no exercício.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos com base em exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Não houve valores declarados a título de antecipação de dividendos e/ou juros sobre capital próprio

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

Não haverá distribuição de dividendos no exercício..

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não haverá distribuição de dividendos no exercício.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há dividendos propostos.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não haverá distribuição de dividendos no exercício.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

Não se aplica

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**
**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2019		2018		2017		2016	
		Valor por ação		Valor por ação		Valor por ação		Valor por ação
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	13.714	56,8246	423	1,751	1.117	4,628	(9.761)	-40,44
Dividendos Distribuídos	-	-	106	0,437	-	-	-	-

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**
**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Foi destinado à Reserva Legal o valor de R\$685.714,06

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Sobre o lucro líquido do exercício de R\$13.714.281,27 foi aplicado a alíquota de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, antes de qualquer outra destinação, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social, conforme previsto no Artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**
**10. Em relação ao dividendo obrigatório**
**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Dos lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de cada ano, será deduzido 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos às ações preferenciais e ordinárias, observado o disposto nos Artigos 201 a 205 da Lei 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os efetivos pagamentos de juros sobre o capital próprio efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não haverá distribuição de dividendos no exercício.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

-

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

Não houve valor retido

**a. Informar o montante da retenção**

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

Não houve constituição de reserva de contingências

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

**d. Justificar a constituição da reserva**

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

Não houve constituição de reserva de lucros a realizar

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

Não houve constituição de reservas estatutárias

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

**c. Descrever como o montante foi calculado**

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

Não há previsão de retenção de lucros no orçamento de capital

**a. Identificar o montante da retenção**

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Após dedução da Reserva Legal, o saldo do lucro líquido do exercício foi destinado para Reserva de Incentivo Fiscal no montante de

R\$13.028.567,21

**b. Explicar a natureza da destinação**

A Companhia usufrui dos seguintes incentivos fiscais:

\*programa PRODUZIR oferecido pelo Estado de Goiás relativo a filial instalada em Goiânia. Este programa concede redução da base de cálculo do ICMS e proporciona financiamento de 73% do ICMS apurado, com vencimento após transcorridos 24 meses. Prevê a quitação do mesmo, em módulos de 12 meses, transformando-o em subvenção para investimento;

\*Crédito presumido de ICMS nas aquisições de aço no estado do Paraná e

\*Redução da alíquota de ICMS nas operações internas no Estado do Paraná.

De acordo com a legislação fiscal, que regula o incentivo fiscal, os benefícios fiscais obtidos através de programas ofertados pelo Poder Público, seja mediante isenção ou redução de impostos, não serão computados na determinação do lucro real, desde que registrados em reservas utilizáveis exclusivamente para aumento do capital social ou absorção de prejuízos (Lei 12.973/2014 – Art.30).



**ANEXO IV**

INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

**ANEXO 21-L-I****INCLUSÃO DE CANDIDATOS NO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**

<b>Capital social da companhia (R\$)</b>	<b>% de determinada espécie de ações</b>
$X \leq 500.000.000,00$	2,5
$500.000.000,00 < X \leq 2.000.000.000,00$	1,5
$2.000.000.000,00 < X \leq 10.000.000.000,00$	1,0
$10.000.000.000,00 < X$	0,5

- *Anexo 21-L-I incluído pela Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.*

**ANEXO V**
**12.5/6 Composição e experiência profissional do conselho fiscal:**

Nome CPF Outros Cargos ou funções exercidas no Emissor	Data de Nascimento Profissão	Órgão da Administração Cargo eletivo Ocupado Descrição de outro cargo/função	Data da Eleição Data da Posse	Prazo do Mandato Foi eleito pelo controlador	Nº Mandatos consecutivos % Participação nas reuniões
Luciano Arruk Morassutti 039.777.468-04	05/11/1959 Adm.de Empresas	Conselho Fiscal Conselheiro Titular	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	2 100%
César Eduardo Abud Limas 016.207.618-58	31/03/1960 Adm.de Empresas	Conselho Fiscal Conselheiro Suplente	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	2 -
Luiz Nougues Neto 003.113.828-43	01/07/1956 Engenheiro Civil	Conselho Fiscal Conselheiro Titular	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	2 100%
Stella Osternack Malucelli Straiotto 021.290.849-90	03/10/1975 Advogada	Conselho Fiscal Conselheira Suplente	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	2 -
Marcos Franz Flohr 847.340.437-87	30/01/1964 Empresário	Conselho Fiscal Conselheiro Titular	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	-
Alexandre Straiotto 922.181.729-68	13/12/1973 Advogado	Conselho Fiscal Conselheiro Suplente	29/04/2020	Até AGO 04/2021 -	-

**Experiência profissional:**
**Luciano Arruk Morassuti:**

1986/1999 – Brasmark Representações Ltda – Gerente Comercial  
1998/Atual – Madetec Representações S/C Ltda - Gerente Comercial

**César Eduardo Abud Limas:**

1979/1986 – Banco Itaú S.A. – Exerceu as funções de Escriturário, Caixa, Chefe de Serviços e Subgerente de Agência  
1986/1988 – Paraná Madeiras Ltda – Gerente Administrativo, Gerente de Sistemas e Gerente de Produção  
1988/1991 – Organizações e Representações Jumbo Ltda – Gerente de Sistemas  
1992/2015 – Intersoft Informática Ltda – Sócio Proprietário  
2006/2010 – Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa – Vice Presidente de Serviços e Vice Presidente de Assuntos Econômicos  
2008/2014 – Centro de Ensino Superior de Campos Gerais – CESCAGE: Professor de Graduação e Pós Graduação  
2008/Atual – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG: Professor de Graduação e Pós Graduação

**Luiz Nougues Neto:**

2009/2012 – Mcap Investimento: autônomo, analista financeiro e comercial  
2012/2014 – Gradual Assessoria Ltda: Intermediação Financeira: responsável pelos projetos pertinentes e sua negociação, incluindo assistência jurídica de terceiros, quando necessário.  
Atual - Engenheiro Civil

**Stella Osternack Malucelli Straiotto:**

2002/2005 – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG: Professora Colaboradora  
2000/Atual – Sócia do Escritório de Advocacia Malucelli & Straiotto Advogados Associados em Ponta Grossa-PR.

**Marcos Franz Flohr:**

1990/1994 - Piccadilly Garden - Sócio  
1997/2010 – Flohr & Erea - Sócio  
2008/2014 – Cognitec Brasil - Sócio

**Alexandre Straiotto:**

1991/1994 – Jamari Informática – auxiliar de produção  
1994/1995 – Estagiário na Vara de Execuções Penais de Curitiba  
1995 - Estagiário no escritório de advocacia do Prof. Geraldo Doni Júnior  
1995/1997 – Estagiário no escritório de advocacia Küster, Ferreira & Machado, em Curitiba-PR  
1997/2000 – Auxiliar jurídico da Massa Falida do Consórcio Nacional Garibaldi  
2000/Atual – Sócio do Escritório de Advocacia Malucelli & Straiotto Advogados Associados em Ponta Grossa-PR.

**Declaração negativa de eventos condenatórios:**

Os administradores supracitados, indicados para eleição como membros do Conselho Fiscal, declaram que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitê de risco, comitê financeiro e comitê de remuneração.**

Não aplicável.

**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Não aplicável.

**12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre:**

- a) administradores do emissor
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome/Cargo	CPF	Emissor/Controlador	CNPJ	Tipo de Parentesco
Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Superintendente <b>Pessoa(s) Relacionada(s)</b>	01396599860	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	Irmão/Irmã (1º grau por consanguinidade)
Rogério Payrebrune St.Sève Marins Diretor Técnico	01396600892	Merisa S.A. Engenharia e Planejamento	76633197/0001-68	
Beatriz Alvares de Abreu Marins Membro do Cons.de Administração	03843506825	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	Marido/Esposa (1º grau por afinidade)
Rogério Payrebrune St.Sève Marins Diretor Presidente/RI <b>Pessoa(s) Relacionada(s)</b>	01396600892	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	Irmão/Irmã (1º grau por consanguinidade)
Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Superintendente	01396599860	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	
Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Presidente	01396599860	Merisa S.A. Engenharia e Planejamento	76633197/0001-68	
Lilian de Payrebrune St.Sève Marins Presidente Cons.de Administração <b>Pessoa(s) Relacionada(s)</b>	06654617800	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	Irmão/Irmã (1º grau por consanguinidade)
Rogério Payrebrune St.Sève Marins Diretor Técnico	01396600892	Merisa S.A. Engenharia e Planejamento	76633197/0001-68	
Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Presidente	01396099860	Merisa S.A. Engenharia e Planejamento	76633197/0001-68	
Lilian de Payrebrune St.Sève Marins Presidente Cons.de Administração <b>Pessoa(s) Relacionada(s)</b>	06654617800	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	Irmão/Irmã (1º grau por consanguinidade)
Rogério Payrebrune St.Sève Marins Diretor Presidente/RI	01396600892	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	
Membro do Conselho de Administração Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Superintendente	01396099860	METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.	80227184/0001-66	

### 12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de Relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de Pessoa relacionada
<b>Administrador do Emissor:</b> Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Superintendente	01396599860	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada:</b> Merisa S.A. Engenharia e Planejamento Diretor Presidente	76633197/0001-68		
<b>Administrador do Emissor:</b> Rogério Payrebrune St.Sève Marins Diretor Presidente/RI Membro do Conselho de Administração	01396600892	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada:</b> Merisa S.A. Engenharia e Planejamento Diretor Técnico	76633197/0001-68		
<b>Administrador do Emissor:</b> Lilian de Payrebrune St.Sève Marins Presidente do Conselho de Administração	06654617800	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada:</b> Merisa S.A. Engenharia e Planejamento Acionista/Assistente Diretoria	76633197/0001-68		